

FINASA LEASING

ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

CNPJ: 42.096.709/0001-69
NIRE 3536026170

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 9 DE MARÇO DE 2000

INTRODUÇÃO: Com a presença dos Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme estatutos constantes do livro Presença de Acionistas, realizou-se em 9 de março de 2000, às 14:30 horas, a Assembleia Geral Extraordinária, independentemente de convocação, como permite o parágrafo 4º, do art. 124, da Lei nº 6.404/76.

MESA DIRETORA DOS TRABALHOS: Presidente: Gasílio Augusto de Bueno Vidigal; Secretário: Marcelo do Carmo Vidigal.

ORDEM DO DIA: 1) Re ratificação das deliberações referentes às caracteristícas e condições das debêntures da 5ª emissão da Companhia, aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18.10.1999, conforme Proposta do Conselho de Administração.

DELIBERAÇÕES: Foi lida a Proposta do Conselho de Administração, do seguinte teor: "Senhores Acionistas, - O Conselho de Administração da Finasa Leasing Arrendamento Mercantil S.A., objetivando atender as exigências formuladas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por intermédio do OFÍCIO/CVM/SEFOP/067/2000, de 17.2.2000, propõe a re ratificação das caracteristícas e condições da 5ª emissão de debêntures emitidas pela Companhia, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de outubro de 1999, com a seguinte alteração dos itens 20; 21; 22; 22.1; 22.2; 22.2.1; 22.2.2; 22.2.3, que passaram a vigorar com a seguinte redação: 20) Prazo e data da Vencibilidade: As debêntures terão prazo de 28 (vinte e oito) meses, a partir da data da emissão, vencendo-se em 1.3.2002; 21) Base de Remuneração: Para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação decorrente da presente emissão, a base de remuneração das debêntures será equivalente a 102,5% (cento e dois e meio por cento) das taxas médias diárias dos depósitos de depósitos interfinanceiros - CDI de um dia, extra-grupo, apurada e divulgada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, incidentes sobre o valor nominal dos debêntures ou sobre o saldo do valor nominal não amortizado, conforme o caso, a partir da data de emissão, inclusive, até o dia 01 imediatamente anterior ao vencimento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura da Emissão, pagável juntamente com as amortizações programadas; 22) Amortizações Programadas: As amortizações e demais obrigações pecuniárias de cada debênture serão pagas em 4 (quatro) parcelas sucessivas, em 1.9.2000, 1.3.2001, 1.9.2001 e 1.3.2002, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) acrescidas do base de remuneração definida no item 21 e calculadas nos termos da seguinte fórmula:

$$VMC = VN \times AT$$

onde:
VMC = Valor nominal capitalizado de cada parcela;
VN = Valor nominal de cada parcela = R\$ 250,00

$$AT = \left(\left(\left(1 + \frac{CDI_1}{360} \right)^{360} - 1 \right) \times S + 1 \right) \times \left(\left(1 + \frac{CDI_2}{360} \right)^{360} - 1 \right) \times S + 1 \times \dots \times \left(\left(1 + \frac{CDI_n}{360} \right)^{360} - 1 \right) \times S + 1$$

CDI 1 = Taxa média dos certificados de depósitos interfinanceiros - CDI de um dia, extra-grupo, divulgada pela CETIP, expressa em percentual ao ano, referente à data de emissão; CDI 2 = Taxa média dos certificados de depósitos interfinanceiros - CDI de um dia, extra-grupo, divulgada pela CETIP, expressa em percentual ao ano, referente ao dia 01 seguinte à data de emissão; CDI n = Taxa média dos certificados de depósitos interfinanceiros - CDI de um dia, extra-grupo, divulgada pela CETIP, expressa em percentual ao ano, referente ao n-ésimo dia 01 imediatamente anterior à data de amortização, cofogação ou liquidação; S = 102,5% (cento e dois e meio por cento), expressa na forma decimal, equivalente a 1,025. 22.1) Na indisponibilidade tem-

porária da taxa de certificados de depósitos interfinanceiros - CDI de um dia, extra-grupo, por prazo não superior a 5 (cinco) dias, será utilizada, automaticamente, em sua substituição, a última taxa divulgada disponível, não cabendo, quando da divulgação e adoção da taxa devida, qualquer reembolso, tanto por parte das debênturistas, quanto por parte da EMISSORA. 22.2) Na indisponibilidade temporária da taxa acima referida por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar Assembleia de Debênturistas, para deliberar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias seguintes ao evento, do novo parâmetro de remuneração das debêntures, a ser proposto pela FIDUCIARIA, de comum acordo com os debênturistas. O novo parâmetro de remuneração proposto deverá ser aprovado por debênturistas que representem mais de metade das debêntures em circulação; 22.2.1) No caso de extinção de taxa média dos certificados de depósitos interfinanceiros - CDI de um dia, extra-grupo, divulgada pela CETIP ou impedimento legal à sua utilização, a base de remuneração descrita no item 21 será substituída pela T.J.P.-Taxa de Juros de Longo Prazo - atualizada pelo Banco Central do Brasil, acrescida exponencialmente, de 6% (seis por cento) a.a., base anual de 360 dias, "pro-rata-temporis" e calcula por dias decorridos sobre o último saldo atualizado conforme item 22, respeitando-se as bases e os períodos de vigência da T.J.P. 22.2.2) Poderão, debênturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do total das debêntures em circulação, convocar Assembleia de Debênturistas para discutir a substituição prevista no item 22.2.1, acima, caso implique diminuição sensível da remuneração das debêntures. O novo parâmetro de remuneração proposto pela EMISSORA, de comum acordo com os debênturistas, deverá ser aprovado por debênturistas que representem mais de metade das debêntures em circulação; 22.2.3) Na hipótese de extinção da T.J.P. ou impedimento legal à sua utilização, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar Assembleia de Debênturistas, para deliberar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias seguintes ao evento, do novo parâmetro de remuneração das debêntures, a ser proposto pela EMISSORA, de comum acordo com os debênturistas. O novo parâmetro de remuneração proposto deverá ser aprovado por debênturistas que representem mais de metade das debêntures em circulação. Ficam ratificadas as demais caracteristícas e condições das debêntures e as deliberações aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18.10.1999, aqui não expressamente ratificadas. É o que o subscritor da deliberação da Assembleia Geral, cuja convocação fica autorizada, Barueri (SP), 3 de março de 2000, aa) Gasílio Augusto de Bueno Vidigal, Marcelo do Carmo Vidigal e Márcio Campos da Silva". Colocada em discussão e em votação o texto dos preâmbulos amplos esboçamentos aos presentes, a Assembleia aprovou a proposta integralmente, por unanimidade, ficando re ratificadas as caracteristícas e condições das debêntures da 5ª emissão da Companhia, aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de outubro de 1999, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob nº 203.145.99-9, em 17.11.1999 e publicada em 3.12.1999 no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no jornal "O Estado de S. Paulo". É como nada mais houver a tratar, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos para que fosse lavrada esta ata que, lida e aprovada, é assinada pelos componentes de Mesa e pelos Acionistas presentes. Barueri (SP), 9 de março de 2000, aa) Gasílio Augusto de Bueno Vidigal - Presidente da Mesa; Marcelo do Carmo Vidigal - Secretário; Márcio Campos da Silva e Banco Mercantil Finasa S.A. São Paulo, representado por seu procurador Luiz Ignácio Homem de Mello. A presente é cópia fiel do que consta da ata lavrada no livro próprio da Sociedade. Barueri (SP), 9 de março de 2000. FINASA LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A. aa) Márcio Campos da Silva e Francisco Medeiros - representantes legais. SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA - JUNTAS COMERCIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Certifico e registro sob o número 50.559/00-7, em 17.3.2000. a) Ariete S. Faria Lima - Secretária Geral.